

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.482 - SE (2018/0314459-0)

AGRAVANTE : MUNICIPIO DE TOMAR DO GERU
ADVOGADO : FABIANO FREIRE FEITOSA - SE003173
AGRAVADO : TENNYSON SANTOS SALES
ADVOGADO : TENNYSON SANTOS SALES (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SE004518

DECISÃO

MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU ajuizou ação ordinária de cobrança contra o particular TENNYSON DOS SANTOS SALES, pelo que pretende tutela jurisdicional no sentido da condenação do réu ao ressarcimento do valor de R\$ 32.282,74 (trinta e dois mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos), com a incidência dos consectários legais, em razão de tratar-se de pagamento indevido realizado à época em que ele exercia o cargo de Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais, consoante apurado em relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado.

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe não conheceu do recurso de apelação do ente municipal e deu provimento ao apelo do particular, reformando a decisão monocrática que extinguiu a ação sem resolução de mérito para, tão somente, inversão do ônus sucumbencial, nos termos da seguinte ementa (fls. 195-197):

Apelações Cíveis - Ação de Cobrança proposta pelo Município de Tomar do Geru em face de ex-presidente do FUNPREV - Perda superveniente do objeto - Extinção da demanda sem resolução de mérito Imposição do ônus sucumbencial ao demandado - Ausência de interesse recursal do Município Inexistência de sucumbência material - Não conhecimento do seu recurso - Recebimento das suas razões como contraminuta, em homenagem ao Contraditório - Cerne da questão residente na responsabilidade pelo pagamento do ônus sucumbencial - Texto expresso do art. 85, §10º, do NCPC/2015, que prevê a aplicação do Princípio da Causalidade na hipótese de extinção por perda do objeto - Aplicação do Princípio da Causalidade - Inversão do ônus sucumbencial devida - Município que deu causa a propositura da ação indevidamente, apenas com base em relatório inicial de inspeção formulado pelo TCE - Pedido de isenção de custas processuais do Município rejeitado - Ausência de previsão legal - Inteligência do art. 150, §6º c/c o art. 151, III, da Constituição Federal - Recurso do Município não conhecido - Recurso do demandado provido - Votação Unânime.

A municipalidade de Tomar do Geru interpôs recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, alegando violação, pelo aresto vergastado, do art. 85, §§ 10 e 11 do CPC de 2015, visto que, em suma, não é possível concluir que o ente municipal/recorrente deu causa à demanda desnecessária, uma vez que esta foi ajuizada fundamentada em relatório exarado pela auditoria realizada pelo

Tribunal de Contas do Estado que, no julgamento das contas do município, detectou irregularidades na aplicação do dinheiro público.

Contrarrazões apresentadas às fls. 250-252, o Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso especial (fls. 256-260), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

No que trata da apontada violação do art. 85, §§ 10 e 11 do CPC/15, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 199-200):

[...]

Assim, nos casos de extinção sem julgamento do mérito por perda superveniente do objeto, como ocorreu no caso ora em apreço, deveria o magistrado sentenciante ter observado tal Princípio da Causalidade e, por consequência, imposto o ônus sucumbencial ao Município, que deu causa ao ajuizamento da ação de cobrança de origem indevidamente, com base apenas em relatório inicial formulado pelo Tribunal de Contas, o qual culminou, no decorrer do tramite processual, com o reconhecimento de regularidade das contas apresentadas pelo demandado, ora apelante, então Presidente do FUNPREV do Município autor.

Aliás, conforme relatado, a Procuradora representante do Município, instada a se manifestar nos autos sobre o processo juntado pelo demandado, conclusivo pelo reconhecimento da regularidade das contas da sua administração, pleiteou a extinção do processo, ante a perda superveniente do seu objeto.

Assim, a demanda foi ajuizada de forma desnecessária pelo Município, merecendo o causídico que patrocinou a parte autora receber os respectivos honorários advocatícios, nos termos do art. 85, §10º, do Código de Processo Civil, como consectário do Princípio da Causalidade.

Desse modo, a sentença vai reformada com a inversão do ônus sucumbencial, que deverá ser arcado totalmente pelo Município apelante em favor do advogado que patrocinou o requerido.

[...]

Consoante se verifica dos excertos colacionados do aresto vergastado, o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, concluiu que a ação de cobrança foi ajuizada indevidamente pelo município/recorrente, com base apenas em relatório inicial formulado pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo que entendeu desnecessária a demanda, invertendo o ônus sucumbencial.

Dessa forma, para se infirmar as conclusões alcançadas pela instância ordinária, na forma pretendida no apelo nobre, seria necessário promover o reexame do mesmo acervo fático-documental-probatório já analisado, procedimento impossível pela via estreita do recurso especial, em razão do óbice de que trata a Súmula n. 7/STJ.

A esse respeito, os seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPTU. AÇÃO ANULATÓRIA. ERRO MATERIAL. EXISTÊNCIA. AFERIÇÃO DO GRAU DE SUCUMBÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, PARA CORRIGIR ERRO MATERIAL, SEM ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO

I. Embargos de Declaração opostos a acórdão prolatado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, publicado em 26/04/2018.

II. O acórdão embargado examinou o tema relativo à verba honorária, ao entendimento de que teria sido aplicada, pelo Tribunal de origem, a regra da sucumbência recíproca, quando, na verdade, fora decidido que ora embargado teria decaído de parte mínima do pedido. Desse modo, incorreu o acórdão embargado em erro material, que merece ser corrigido.

III. A circunstância de o acórdão, proferido pelo Tribunal de origem, ter aplicado a regra do art. 21, parágrafo único, do CPC/73, e não a do *caput* do aludido dispositivo, conforme constou, inadvertidamente, do aresto embargado, não determina a modificação do acórdão embargado, porquanto não compromete o raciocínio jurídico nele desenvolvido.

IV. Com efeito, na forma da jurisprudência, a "aferição do grau de sucumbência entre as partes, para fins de distribuição dos honorários advocatícios, é matéria afeta aos juízos das instâncias ordinárias, por envolver a análise do contexto fático-probatório da demanda, providência igualmente defesa em sede especial, em virtude do óbice contido na Súmula 7 do STJ" (STJ, AgInt no AREsp 899.426/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/10/2017). Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp 1.164.061/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 26/04/2018; AgInt no REsp 1.650.991/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/11/2017; AgInt no REsp 1.503.880/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/03/2018.

V. Embargos de Declaração acolhidos, para corrigir o erro material apontado, sem alteração do resultado do julgamento (EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 123839 / SP, Relator Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 16/10/2018, DJe 05/11/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 08 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator